

"COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO" OU CRISE CÍCLICA?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Novos Estudos CEBRAP, 36, julho 1993: 42-48.

Robert Kurz, em seu livro *O colapso da modernização*, confunde mais uma crise cíclica do capitalismo com o colapso final da "modernidade". Kurz não percebe que desta vez a desaceleração cíclica iniciada nos anos 70 nas economias centrais tem sua origem em uma grave crise do Estado, ao invés de na insuficiência de demanda como aconteceu nos anos 30, mas que se trata sempre de uma crise transitória, e anuncia grandes e graves notícias. O colapso do capitalismo já está acontecendo. A crise final do sistema soviético foi apenas uma manifestação particular dessa crise mais geral, que levará o mundo a uma "era de trevas". Não há razão, porém, para desesperar. A possibilidade da emancipação humana, que Marx almejava, não desapareceu, nem permanece longínqua. Pelo contrário, ela está ao nosso alcance. Através da "razão sensível", que se oporia à razão iluminista, a humanidade superará a "sociedade do trabalho", baseada na mais-valia, na exploração do trabalho tornado abstrato, a mercadoria, e na sua abstração maior, o dinheiro. E dessa forma a utopia comunista de uma sociedade sem mercadorias, sem capital nem Estado, realizar-se-á.

Kurz é claríssimo quanto à sua previsão da crise iminente do capitalismo: "É muito provável que o mundo burguês do dinheiro total e da mercadoria moderna, cuja lógica constitui, com dinâmica crescente, a chamada Era Moderna, entrará, já antes de terminar o século XX numa era de trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo [...]" (p. 222). Mas esta crise anuncia a emancipação humana. Ao pessimismo catastrofista, que sempre atraiu um certo tipo de pensamento de esquerda, segue-se a crença na utopia em vias de realização, que é outra base desse mesmo pensamento. A

razão iluminista chegou ao fim porque o sistema produtor de mercadorias no qual se apóia esgotou-se, depois de provocar estragos insuportáveis. A razão sensível emergirá dessa crise. Teremos, portanto, uma revolução de consciências, que sempre atraiu o pensamento conservador, mas que aqui é estranhamente retomada por um marxista que pretende resgatar o marxismo de sua crise atual: "Trata-se de uma revolução de fato, mas não daquele tipo no qual uma classe dentro da forma mercadoria (e constituída por essa) tivesse que derrotar outra 'classe'; como sujeito antípoda [...]. Mas para essa revolução, por sua vez, teria primeiro que se formar um movimento de supres-são, como força social, e isto somente é possível por meio da consciência" (p. 233).

O caminho prático para a sociedade liberada, sem mercadoria nem dinheiro, é desconhecido. "Ninguém pode afirmar que conhece o caminho cardeal para sair da miséria; ninguém pode tirar da cartola um programa de supressão da mercadoria moderna" (p. 224). Mas isto não significa que estejamos diante de uma utopia irrealizável. Para Kurz um comunismo, ainda que na sua forma negativa — um "comunismo das coisas" —, já estaria presente na sociedade contemporânea: "a humanidade tem que enfrentar o fato de que, por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma comunista no nível substancial-material e 'técnico'" (p. 228).

Abri esta resenha do livro de Robert Kurz com todas essas citações porque elas o definem. Trata-se de uma ambiciosa tentativa de compreender o mundo atual a partir de uma revisão do marxismo. Ambiciosa, mas equivocada. Equivocada na sua forma de avaliar a crise do capitalismo mundial. Equivocada na sua forma de definir a formação social estatista soviética que entrou em colapso. Equivocada na interpretação do pensamento de Marx. Equivocada, mas atrativa para a esquerda, que continua perplexa diante do fracasso definitivo do "socialismo real". Atrativa porque anuncia o fim do capitalismo. Atrativa porque promete mais do que o socialismo: o próprio comunismo. Atrativa porque Kurz descreve com força e muitas vezes com razão as crises mais graves das sociedades pós-comunistas do Leste Europeu e a crise do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina. Para brasileiros principalmente, que vivem uma crise sem precedentes, e vêem seu país ameaçado de uma decadência a longo prazo, a crítica ambiciosa e geral de Kurz é obviamente tentadora. Inclusive porque Kurz desenvolve sua análise de forma inteligente, porque demonstra

conhecer Marx, porque é capaz de interpretar com coragem e agudeza certos aspectos da crise atual do capitalismo, particularmente do capitalismo periférico e malsucedido em que vivemos.

Nesta resenha procurarei demonstrar, de maneira muito sucinta, os três equívocos de Kurz: em relação à crise do capitalismo, à crise do estatismo, e às bases teóricas em que se apóia.

1. A crise do capitalismo

Robert Kurz tem razão quando afirma a crise do capitalismo a partir dos anos 70. Este fato é raramente admitido entre os economistas conservadores, mas é indiscutível. As taxas de crescimento dos países capitalistas centrais, a partir de 1970, reduziram-se para a metade do que eram nas duas décadas do após-guerra. O "triunfo" do capitalismo em 1989, com a derrocada do estatismo, é portanto muito relativo. Na verdade, não houve triunfo algum. O capitalismo não derrotou o estatismo, este se auto-destruiu. O capitalismo, que se sentia triunfante em 1990, hoje enfrenta com amargura sua própria crise. Esse capitalismo não apenas se revelou incapaz de resolver o problema econômico e político da grande maioria da humanidade, que continua imersa no subdesenvolvimento e nas mais diversas formas de autoritarismo. Na verdade, não foi ainda capaz de sequer de resolver os problemas dos próprios países desenvolvidos. Nestes a pobreza absoluta está presente para cerca de um quinto de sua população. A injustiça, a desigualdade, a insegurança individual e coletiva, o desemprego, a corrupção continuam a imperar. Não há dúvida que nesses países os avanços econômicos e políticos foram enormes, mas não caracterizam qualquer triunfo, tantos são os problemas não resolvidos.

Neste quadro, a desaceleração do crescimento e os altos níveis de desemprego dos últimos vinte anos indicam uma crise. Mas que tipo de crise? Uma crise final do sistema produtor de mercadorias, como pretende Kurz? Não há nenhuma razão objetiva para afirmar tal fato. Kurz não apresenta qualquer evidência em seu livro. Limita-se a repetir à exaustão, de forma retórica, que já teve início a crise final do próprio sistema capitalista.

Kurz, naturalmente, tem uma teoria para explicar o colapso. O capitalismo será derrotado por uma guerra civil em nível mundial promovida pelas massas excluídas dos benefícios do progresso tecnológico. Não apenas as massas excluídas do Terceiro Mundo e do ex-países estatistas, mas as crescentes minorias de excluídos internas aos próprios países desenvolvidos, levarão a modernidade ao colapso. O mundo está dividido em regiões vencedoras (a OECD e os tigres asiáticos) e regiões perdedoras (o resto do mundo). Bolsões de miséria se formarão em toda parte, na medida em que o desenvolvimento tecnológico desemprega e marginaliza frações crescentes da sociedade. Dentro das regiões vencedoras, apenas o Japão e a Alemanha são realmente vencedores. Mas em breve só haverá perdedores: "Ameaçado por parte de todas as regiões de perdedores, inundado de fugitivos e clandestinos, e ao mesmo tempo sobrecarregado por uma minoria crescente de pobres próprios, o Ocidente já não pode manter a frágil normalidade em sua superfície".

Esta "teoria do colapso" é obviamente inaceitável. Só haverá colapso do sistema capitalista quando sua produtividade deixar de crescer e começar a cair. A estagnação prevista por Ricardo, com base na lei dos rendimentos decrescentes na agricultura, e a prevista por Marx, com base na adoção de um progresso técnico cada vez mais dispendioso de capital (elevação da composição orgânica do capital), estavam baseadas na previsão da queda geral da produtividade no sistema capitalista. Em Ricardo esta queda da produtividade ocorria a partir dos rendimentos decrescentes da terra; em Marx, a partir da elevação da composição orgânica do capital, que, na verdade, significava ou implicava a redução da produtividade do capital ou a queda da relação produto-capital devido à crescente adoção de técnicas dispendiosas de capital. Estas duas teorias — ambas, insisto, baseadas na previsão da queda da produtividade — foram amplamente rejeitadas pela evidência histórica. No caso da tendência declinante da taxa de lucro de Marx, as contra-tendências que ele próprio previa revelaram-se mais fortes do que a tendência. Em todos os países desenvolvidos e na maioria dos subdesenvolvidos, a produtividade continua a crescer. As taxas de crescimento da renda e da produtividade baixaram em relação aos anos 50 e 60, mas continuam amplamente positivas. O quadro 1, mostrando o aumento da produtividade nos países desenvolvidos a partir de 1979, não autoriza nenhuma previsão de "colapso da modernidade".

Quadro 1: Aumento da produtividade e taxa de acumulação em países desenvolvidos

Países	Produtividade (% cresc.)	Taxa de Acumulação (% s/PIB)
Japão	2,0	30,0
França	1,7	21,0
Reino Unido	1,6	17,0
Bélgica	1,4	17,4
Suécia	0,9	18,4
Holanda	0,9	19,6
Alemanha	0,8	20,8
Áustria	0,8	24,6
Europa	1,2	19,8
Estados Unidos	0,3	18,5

Fonte: OECD (*Economic Outlook*) e Nações Unidas (*National Accounts Statistics*).

Kurz não nega o crescimento da produtividade. Admite-o explicitamente em alguns trechos. Mas imagina que esse aumento é de tal forma poupador de mão-de-obra, que causará desemprego e marginalização crescente. Ora, esse tipo de análise, repetido há séculos por muita gente, nunca encontrou guarida em nenhum economista respeitável. Os economistas podem discutir entre si, mas, para construir uma ciência, foram obrigados a concordar sobre algumas idéias básicas. Uma delas é que não pode haver crise geral e final (colapso) do sistema por excesso de aumento da produtividade. Este aumento pode causar desemprego temporário, devido às mudanças profundas que causa sobre o tipo de qualificação dos trabalhadores. Estamos assistindo hoje a este problema no Primeiro Mundo de forma muito clara. Nestes termos, pode causar uma grave crise cíclica. Mas qualquer economista com um mínimo de formação sabe que a lei de Say é, em última análise, correta. Que a oferta cria a sua própria procura. Que produção significa renda, e que esta, na forma de lucros e salários, tem que ser gasta em investimento e consumo.

Keynes realizou a sua revolução teórica a partir da crítica dessa lei. Mas Keynes e qualquer pós-keynesiano razoavelmente bem formado sabe que sua crítica pretendia apenas

mostrar como a lei de Say (ou lei dos mercados) não funciona perfeitamente a partir do livre funcionamento do mercado. Funciona, mas funciona mal. Keynes não pretendia, como Kurz implicitamente supõe, que a lei fosse essencialmente errada. Ela só era errada quando servia de base para um livre-mercadismo radical — hoje para o neoliberalismo — que não passa de uma ideologia conservadora também sem base na realidade. A partir do funcionamento imperfeito da lei de Say é possível, como fez Keynes, explicar uma crise cíclica do capitalismo, é possível — não obstante a firme e militante discordância dos economistas conservadores — demonstrar as ineficiências do sistema quando deixado exclusivamente para ser controlado pelo mercado, mas não é possível inferir, como faz dramaticamente Kurz, o desemprego generalizado e crescente em todo o mundo, a formação de bolsões de miséria, e afinal o colapso de todo o sistema, enquanto a produtividade continua a crescer aceleradamente. Isto é, no mínimo, má teoria econômica.

Na verdade, a crise do capitalismo é uma crise cíclica. Além dos ciclos normais, o capitalismo está sujeito aos ciclos de Kondratieff ou ondas longas. Desde aproximadamente 1970 o capitalismo entrou na fase b, recessiva, de uma onda longa de Kondratieff. Como cada fase dura aproximadamente 25 anos, é de se esperar que ainda nesta década ocorra a reversão do ciclo.

As reversões das ondas longas têm por trás de si sempre razões tecnológicas. Mas têm também razões institucionais. A presente crise está, de um lado, relacionada com o esgotamento das relações de trabalho fordistas ou tayloristas, baseadas no controle rígido, mecânico, do trabalho. De outro, entretanto, está relacionada com a crise do Estado, que também tende a se desenvolver ciclicamente. Estado e mercado se complementam e se alternam na coordenação das economias capitalistas. Em certos momentos o Estado cresce em relação ao mercado, ocorre um processo de "estatização relativa". Este processo de crescente intervenção do Estado, entretanto, que inicialmente é extremamente exitoso em suprir as falhas do mercado, depois de algum tempo começa a sofrer distorções. Um processo de privatização do Estado começa a ocorrer. Clientes do Estado (capitalistas, sempre; trabalhadores, eventualmente), seus funcionários (os tecnoburocratas públicos) e dirigentes (os políticos) logo desenvolvem interesses especiais em detrimento do interesse coletivo. O resultado é a tendência à crise fiscal e a inefetividade das formas de intervenção. Chega então

o momento do mercado, da reforma do Estado, da privatização, da liberalização comercial, da desregulação. É o momento em que vivemos. Mas, como todo processo cíclico, este também se esgotará. Ao que tudo indica, isto já está começando a acontecer. Surgirá, então, a oportunidade de surgimento de novas formas de intervenção do Estado, de um novo crescimento do Estado. Kurz compreende o caráter cíclico ou pendular do crescimento do Estado. Em vários momentos ele faz menção ao "movimento ondulatório" da modernização burguesa, no qual "constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas" (p. 43). Ele está correto, também, quando afirma que o Estado é "o elemento contraditório imanente do sistema produtor de mercadorias [...] o recipiente institucional da riqueza abstrata" (p. 74). Mas não percebe que, além disso, ou por isso, o Estado é um mecanismo regulador da economia tão importante quanto o mercado, e portanto autônomo em relação ao mercado. No mercado preside a concorrência, no Estado, a cooperação e a dominação. Ora, sabemos que concorrência, cooperação e dominação são aspectos essenciais da regulação de qualquer formação social. Na verdade, no sistema capitalista, o Estado capitalista do contratualismo hobbesiano precede o mercado capitalista do individualismo smithiano. Não faz sentido, portanto, subordinar o Estado ao sistema produtor de mercadorias, quando ele é um dos seus formadores.

Muito menos sentido faz afirmar que a crise atual do capitalismo é uma crise final. Em vários momentos Kurz adverte que o Estado nada poderá fazer contra a crise. Ao fazer essa advertência ele no fundo percebe que daí virá a superação da atual crise. Um Estado reformado, saneado financeiramente, que haja superado, portanto, a crise fiscal, terá a possibilidade de novamente intervir com efetividade e moderação sobre o mercado e voltar a acelerar o processo de crescimento capitalista.

2. A crise do estatismo

Kurz chega à conclusão de que a modernidade caminha celeremente para o colapso a partir do colapso do estatismo do tipo soviético. Mas o que tem a ver um colapso que já é fato histórico com outro que é produto apenas de suas próprias elucubrações e de sua retórica autoconfirmatória? Kurz tem uma resposta muito clara e simples para isto: o estatismo ou "socialismo real" é apenas uma forma de capitalismo e uma estratégia de industrialização de

regiões atrasadas. O estatismo "revela-se como regime modernizador de sociedades burguesas atrasadas [...] o estatismo mercantilista do capitalismo primitivo tinha que assumir o papel ilusório de sujeito absoluto da sociedade e de sua economia. Num nível elevado, isto repetiu-se nas pretensões do estatismo do socialismo real de nosso século quase findado" (pp. 31-2).

Com esta afirmação, Kurz, corretamente, identifica o estatismo soviético a uma estratégia de industrialização. Menos corretamente, identifica essa estratégia com o processo de acumulação primitiva do capitalismo. E de forma equivocada, volta às velhas teorias que pretendem definir o regime soviético como um capitalismo de Estado e identificar a burocracia estatal como a burguesia.

O estatismo foi sem dúvida uma estratégia de industrialização. Foi a tentativa, por parte de uma classe em emergência — a burocracia ou tecnoburocracia — de eliminar a burguesia e assumir o comando da economia e da sociedade. Para se legitimar no poder, entretanto, esta nova classe percebeu que deveria industrializar o país. Deveria promover o desenvolvimento econômico e a contínua elevação do padrão de vida da população. Além disso, e a partir de suas origens na esquerda, atribuiu-se o papel de promover a "revolução socialista". Mas, enquanto o socialismo afinal revelou-se uma mera retórica do estatismo burocrático, sem base na realidade, o industrialismo estava solidamente fundado. Era uma condição real da afirmação do sistema.

Em uma primeira fase, enquanto a prioridade era a acumulação de excedentes reprodutíveis (não de "capital", no sentido marxista do termo, já que não havia a propriedade privada dos meios de produção), o sistema autoritário e centralizado do estatismo revelou-se efetivo. Mas quando, em uma segunda fase, tornou-se essencial obter eficiência da alocação dos recursos, esse mesmo sistema centralizado, estatal, mostrou-se muito inferior à regulação mista, com base no mercado e no Estado, dos países capitalistas. Seu colapso decorreu diretamente daí.

Ao contrário do que afirma Kurz, o estatismo não perdeu a concorrência para o capitalismo por ter sido capitalista, mas por ter sido estatista. Sua ineficiência, verificada de forma cabal, deveu-se a ter pretendido substituir de forma radical a coordenação da economia através do mercado pela coordenação estatal. A combinação das duas formas de coordenação

é inerente às formações capitalistas concretas. Mas nelas o modo de produção capitalista é dominante, enquanto o modo de produção estatal é subsidiário. O caso do estatismo soviético é inteiramente diferente. A tecnoburocracia assumiu o caráter de única classe dominante e pretendeu coordenar a economia exclusivamente via administração estatal. Ao adotar essa estratégia, fundou um novo modo de produção, o qual, entretanto, revelou-se ineficiente, amplamente inferior ao capitalismo tecnoburocrático, orientado para o mercado, vigente no resto do mundo.

A redução do estatismo ao capitalismo é um erro que vem sendo repetido há muito. Para chegar a essa conclusão, entretanto, é preciso esvaziar o capitalismo e a classe burguesa de praticamente todo conteúdo histórico. É preciso tornar o capitalismo um modo de produção tão abstrato, e a burguesia, uma classe tão geral, que perdem qualquer valor heurístico. Como é possível falar em capitalismo na União Soviética e nos seus países satélites, se lá não havia nem capital nem capitalistas, nem mercado nem mercadorias, nem proletários nem salário, nem preços que correspondessem a valores nem o objetivo lucro? É claro que Kurz afirma ou supõe que tudo isto existia naquelas formações sociais, mas para isto teve que fazer uma violência reducionista contra o pensamento de Marx.

3. Reduccionismo contra Marx

Esta violência reducionista foi simples. Kurz supõe implicitamente que, na história, houve até hoje dois modos de produção: o modo de produção não produtor de mercadorias ou as economias não monetárias e o modo produtor de mercadorias, ou sociedade do trabalho, ou monetarismo, ou modernidade, ou capitalismo. A característica fundamental deste segundo modo de produção é a existência de um "homem abstrato de trabalho" (p. 22). No modo de produção pré-capitalista o trabalho podia ocupar todo o tempo do homem devido ao subdesenvolvimento das forças produtivas. Era uma necessidade. "No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da 'primeira natureza', passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma da reprodução social da mercadoria torna-se uma 'segunda natureza', cuja

necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da 'primeira natureza', apesar de sua origem puramente social" (p. 25).

Com esse corte abstrato, rigorosamente a-histórico, o capitalismo torna-se suficientemente abrangente para englobar o estatismo. Este se transforma em uma fase, constituindo-se em parte integrante do sistema produtor de mercadorias burguês. Na verdade, uma fase "protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas" (p. 31), na qual, de forma semelhante ao mercantilismo, o Estado tinha a pretensão de se tornar o sujeito absoluto da sociedade e de sua economia.

Não importa que nesse "capitalismo" ou nesse "sistema produtor de mercadorias" não haja capitalistas mas burocratas, ou seja, que não haja proprietários privados de meios de produção mas proprietários coletivos do Estado; que não haja capital mas organização, ou seja, que não haja a propriedade privada dos meios de produção mas a propriedade coletiva via Estado; que não haja mercadorias mas bens econômicos, ou seja, que os bens não sejam produzidos em função do seu valor de troca, mas em função de planos de produção; que não haja preços correspondentes aos valores de troca, mas "preços" politicamente definidos; que não haja o conceito de mais-valia enquanto ganho privado do capitalista derivado de uma troca de equivalentes, mas apenas o conceito de excedente reinvestível; que não haja concorrência mas comando ou planejamento; que não haja salário, enquanto remuneração da força de trabalho de acordo com seu valor de troca, mas "salários" politicamente definidos e ordenados estabelecidos em função, adicionalmente, da posição hierárquica do burocrata.

Nada disso importa porque, através dessa violência generalizadora e reducionista, Kurz rompe diretamente com o método histórico, que foi o mais importante legado de Marx. Para Marx o capitalismo é um modo de produção historicamente definido. Todo modo de produção é sem dúvida um modelo, uma abstração, mas com um conteúdo histórico definido. As formações sociais, a maneira concreta através da qual as sociedades aparecem na história, são sempre mistas, englobam dois ou mais modos de produção. Quando Marx escrevia, o capitalismo acabara de se tornar o modo de produção dominante na Europa, mas ainda havia restos importantes do feudalismo. No nosso tempo, o capitalismo continua o modo de produção dominante, mas estão presentes traços importantes do estatismo e do socialismo. O

estatismo foi o modo de produção que na União Soviética tornou-se absolutamente dominante, e, inicialmente, logrou promover o desenvolvimento econômico, mas que, em seguida, fracassou em alocar eficientemente os recursos produtivos. O socialismo é um modo de produção que ainda não teve realização concreta na história, porque, mais do que um modo de produção baseada na propriedade coletiva dos meios de produção por toda a sociedade, é uma utopia.

Conclusão

O que fracassou na União Soviética e no Leste Europeu foi o estatismo, não o socialismo nem o capitalismo. O socialismo, enquanto sociedade democrática e sem classes, continua uma utopia. Uma possibilidade longínqua mas concreta, desde que o crescimento da produtividade continue a ocorrer e a importância estratégica do trabalho qualificado e do desenvolvimento tecnológico continue a aumentar em relação à importância do capital, do trabalho morto.

O socialismo não virá de uma mudança de consciências, mas da mudança das relações objetivas de produção. O mundo capitalista desenvolvido já é uma social-democracia. Já existem elementos socialistas no capitalismo tecnoburocrático contemporâneo, da mesma forma que existem elementos estatais ou burocráticos. Na medida em que a relação de forças entre os homens se equilibre no plano político (democracia, igualdade de oportunidades em relação ao poder) e no plano tecnológico (igualdade oportunidades em relação à educação), esse capitalismo social-democrático e tecnoburocrático poderá se transformar em uma formação social predominantemente socialista. Os traços capitalistas e os estatais continuarão a existir. A utopia perfeita jamais se concretizará, mas nada impede que as formações sociais do futuro sejam socialistas, ou, mais precisamente, predominantemente socialistas.

O socialismo assim pensado não derivará de uma revolução burocrática, como afinal foi a revolução de 1917, nem de uma imposição imperialista, como foi sua imposição ao Leste Europeu, muito menos de uma revolta das massas oprimidas dos povos perdedores, como pretende Kurz. Não derivará, também, de uma mudança de consciências, mas do contínuo desenvolvimento das forças produtivas e de sua efetiva democratização.

O capitalismo não entrou em colapso, mas apenas em uma crise cíclica. Não houve o colapso da modernidade porque, ao contrário do que se pretendeu com o estatismo soviético, o capitalismo contemporâneo jamais foi mantido em sua forma "pura". Nessa forma ele só existe no discurso neoliberal. O capitalismo contemporâneo, que está em crise, mas que continua a revelar um extraordinário dinamismo, é um capitalismo misto. Suas características puramente capitalistas — burguesia, capital, mercadoria, preço, lucro — são dominantes, mas as características estatais estão fortemente presentes — burocracia, organização, planejamento — e as características socialistas — democracia, igualdade de oportunidade — começam a se fazer presentes. No momento o capitalismo orientado para o mercado e burocrático dos nossos dias atravessa uma crise, que é fundamentalmente uma crise do Estado. Este cresceu demais, sofreu distorções, tornou-se vítima dos interesses de grupos, e em consequência enfrenta uma crise fiscal e uma crise do modo de intervenção. Esta crise varia de intensidade de país para país, mas está presente em todos. É uma crise cíclica, parte de mais um ciclo longo de Kondratieff que está chegando ao fim. Dentro de alguns anos, um capitalismo renovado, mais burocrático e mais socialista (duas coisas, aliás, muito diferentes), mas ainda predominantemente capitalista, estará novamente dando mostras de seu dinamismo transformador, impiedoso, orientado para o conflito, coordenado pelo mercado, mas regulado pelo Estado, e parcialmente controlado por uma sociedade que, apesar do materialismo e do individualismo capitalistas, valoriza o solidarismo, e aspira a um mundo mais igual, a um mundo talvez mais justo.